



BRASIL EM BUSCA DA OITAVA MAIOR ECONOMIA

A importância dedicada à América Latina representa uma virada na política externa brasileira, após o isolamento vivido no governo anterior. A recuperação econômica é evidente, com expectativas de mais investimentos.

SOB o governo Bolsonaro, o Brasil passou por um período de grave crise econômica e aumento exponencial da fome. A má gestão social deixou milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar severa e colocou o país em declínio no cenário internacional.

No entanto, desde que assumiu a presidência, Lula tem implementado políticas que estão transformando esta realidade, com o Brasil prestes a retomar sua posição como a oitava economia, ainda este ano.

A importância dedicada à América Latina representa uma virada na política externa brasileira, após o isolamento vivido no governo anterior. A recuperação econômica é evidente, com expectativas de mais investimentos.

Além do progresso econômico, o governo tem se destacado na luta contra a fome. Em 2023, a insegurança alimentar severa, que afligia 17,2 milhões de brasileiros em 2022, caiu para 2,5 milhões.

FOTO DIVULGAÇÃO



Saúde mental na gestão de risco

Foto Divulgação



A inclusão da saúde mental nos relatórios de gestão de risco das empresas é um avanço significativo na proteção dos trabalhadores. O governo federal, junto com representantes de empresas e empregados, decidiu incorporar a proteção psicossocial nos critérios de gerenciamento de riscos.

A medida aborda problemas de saúde mental e casos de assédio no ambiente de trabalho como parte integrante da NR-1 (Norma Regulamentadora Nº 1). As empresas terão de identificar e solucionar as questões psicossociais, como sobrecarga de trabalho, ambientes insalubres e a ausência de medidas contra assédio moral e sexual.

A decisão reflete uma resposta necessária ao aumento dos índices de afastamento por questões de saúde mental. A resolução está prevista para entrar em vigor em um ano, para dar tempo de as empresas adaptarem os processos de gestão de riscos.

BOICOTE: COPOM AMEAÇA SUBIR JUROS

Foto Divulgação

Quer dizer, enquanto o governo federal tem feito um esforço grande para ampliar a oferta de postos de trabalho e cumprir as metas fiscais, o BC ameaça aumentar a Selic. Brasil tem a 3ª maior taxa real de juros do mundo. O Sabotagem do BC à democracia social.



O Copom do Banco Central não esconde que serve ao sistema financeiro e aos rentistas. O Comitê de Política Monetária ameaçou elevar mais ainda a Selic por conta do cenário externo, com os impactos de variáveis como o dólar, e do mercado de trabalho interno mais dinâmico. Hoje a taxa está em 10,50%, um prejuízo ao crescimento econômico

nacional.

“O comitê, unanimemente, reforçou que não hesitará em elevar a taxa de juros para assegurar a convergência da inflação à meta se julgar apropriado”, afirma comunicado do Copom, presidido pelo bolsonarista Roberto Campos Neto.

O que incomoda, segundo o próprio órgão, é que o desemprego no Brasil segue caindo

acima do esperado, o que cria um efeito colateral negativo para a inflação. Um absurdo.

Quer dizer, enquanto o governo federal tem feito um esforço grande para ampliar a oferta de postos de trabalho e cumprir as metas fiscais, o BC ameaça aumentar a Selic. Brasil tem a 3ª maior taxa real de juros do mundo. O Sabotagem do BC à democracia social.

Sindicalismo de olho nas pautas trabalhistas do Congresso para o 2º semestre

Foto Divulgação



No site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o jornalista Neuriberg Dias chama atenção para possíveis votações de projetos que interessam a classe trabalhadora. Segundo o analista político, o período de 1 ano e 6 meses de governo Lula foi marcado por vitórias nas agendas econômicas e sociais. Mas, com derrotas parciais na chamada “agenda conservadora”, como evidenciado pela aprovação de urgência de propostas e derrubada de vetos, incluindo alteração na lei antiaborto — ‘PL do Estuprador’ — e a lei das saidinhas pelo Congresso.

Dias aponta que o segundo semestre tem a expectativa de ritmo de votações mais lento e

estratégico. Isso por que as atenções estarão nas eleições municipais e a sucessão das presidências do Congresso Nacional. “Esse período eleitoral, naturalmente, desvia o foco dos parlamentares para as chamadas bases eleitorais, buscando a eleição de aliados políticos, o que diminui a intensidade das atividades legislativas”, diz.

Mas, conforme o jornalista, não significa que o Congresso ficará inativo. “Câmara e Senado devem definir calendário de sessões (conhecido como esforço concentrado) para votação de projetos de grande relevância, especialmente os que possuem consenso entre os diferentes partidos e que têm urgência para a sociedade”, afirma.